



DESCONCENTRAÇÃO ECONÔMICA E TRAJETÓRIAS DAS ESTRUTURAS PRODUTIVAS REGIONAIS BRASILEIRAS (1996- 2019): EM QUE DIFERE A REGIÃO NORDESTE?

Leonardo Rodrigues Porto, Doutor em Desenvolvimento Econômico (UNICAMP),
Professor-pesquisador (pós-doc) pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC);

Humberto Miranda, Doutor em Economia Aplicada, Professor Associado pela Universidade
Estadual de Campinas (UNICAMP).

Resumo:

Este artigo analisa a estrutura produtiva das regiões brasileiras entre 1996 e 2019, dando ênfase ao desempenho da região Nordeste. Numa perspectiva analítico-descritiva, aborda a discussão teórica sobre o processo de desconcentração regional e a tendência de fragmentação do tecido econômico nacional. Pergunta-se em que grau as diferentes trajetórias das regiões brasileiras — em especial, a da região Nordeste — contribuíram para manter uma perspectiva de integração econômica regional? Para responder a tal indagação, analisa-se a trajetória da economia brasileira e das suas cinco grandes regiões (Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste), com base nas informações das Contas Regionais fornecidas pelo IBGE. Para o caso da região Nordeste, entretanto, considera-se que, apesar de a região ter tido uma trajetória de crescimento favorecida pela maior inclusão social, seu desempenho econômico continua dependente do da região Sudeste. Esta situação é particular e difere das demais regiões, haja vista que o desempenho econômico do Norte e do Centro-Oeste é explicado, em boa medida, pelo crescimento do setor agromineral, que tem menor grau de integração interna; ao mesmo tempo, em contraste, verifica-se que o baixo desempenho da economia brasileira no período esteve associado às trajetórias das regiões Sul e Sudeste principalmente. Concluiu-se que as regiões vivenciaram trajetórias de crescimento econômico no período, ainda que com distintas formas de articulação de seus aparelhos produtivos com o restante da economia, porém, mantendo a indústria de transformação como um elo importante para uma futura política de integração regional.

Palavras-chave: Concentração espacial. Desenvolvimento regional. Desigualdades regionais. Integração regional. Transformações socio-territoriais.



Introdução

Ao longo das últimas seis décadas, houve um movimento crescente de valorização financeira e de expansão da riqueza mundial que contrastou com a queda das taxas médias de crescimento econômico dos países, os processos de desindustrialização das economias centrais e periféricas e a própria redução da capacidade de atuação dos Estados nacionais da periferia capitalista¹. Algumas teses procuraram apresentar os efeitos desse conjunto de fatores sobre as regiões brasileiras e a integração da economia nacional, formulando explicações para os caminhos futuros do desenvolvimento e da economia brasileira e regional.

No diálogo com esses autores, observamos a recorrência do tema da fragmentação econômica e dos efeitos setoriais e espaciais oriundos do avanço tecnológico. Ainda nos anos 1990, a discussão se dava em torno das condições em que o país adentraria – já tardiamente – à Terceira Revolução Industrial e dos seus efeitos espaciais diferenciados. Já neste início de século, embora tivesse permanecido aqueles temas, passou-se a discutir o tipo de inserção externa e o “modelo” ou “padrão” de desenvolvimento adotado.

De maneira crítica, Svampa (2013) chamou a atenção para o processo de expansão da produção de bens primários em toda a América Latina, chamando-o de “*consenso de los commodities*”. Por sua vez, Osório (2012) destacou a ocorrência de um padrão de reprodução do capital exportador de especialização produtiva. Noutra perspectiva, alguns autores caracterizaram esse período como algum tipo de desenvolvimentismo, ao tratar do caso brasileiro (BIELSCHOWSKY, 2012; BALTAR et al., 2018).

Nesse contexto, o processo de desconcentração econômica foi mais intenso nas regiões Norte e Centro-Oeste do país do que foi na região Nordeste. O ganho de participação desta última deveu-se à base econômica herdada, já que suas taxas de crescimento representaram um ‘esforço’ maior que nas outras duas. Não obstante, mesmo no curto período de aceleração do crescimento da economia brasileira (2005-2010), a performance nordestina foi inferior às das regiões Norte e Centro-Oeste. Nesse caso, o que diferencia essas trajetórias? E, principalmente, por que se interpreta que a região Nordeste vivenciou excelente desempenho econômico no início do século XXI?

Nossa hipótese sugere que as três regiões vivenciaram trajetórias mais favoráveis de crescimento econômico no período, porém com distinções condicionadas à maneira como cada aparelho produtivo regional se articula com o restante da economia. Assim, o Norte e o Centro-Oeste tiveram um crescimento mais intensivo em recursos naturais, porém, com

¹ Ver Cano (2014), Sampaio (2015), Hiratuka e Sarti (2017) e Morceiro e Guilhoto (2019).



menos articulações internas, pois voltadas para um setor exportador de bens primários. Já o Nordeste experimentou um componente de inclusão social que lhe permitiu maior qualidade do crescimento vis-à-vis as outras duas, embora com a reprodução marcante daquele modelo em várias porções de seu território.

Desse modo, este artigo tem como objetivo analisar a estrutura produtiva das regiões brasileiras, com ênfase no caso nordestino e buscando captar o processo de desconcentração econômica, no período de 1996 a 2019. Na primeira seção, faz-se uma revisão de literatura a respeito do debate da fragmentação e da desconcentração econômica regional no Brasil. Em seguida, discutimos o ritmo de crescimento recente das economias regionais (seção 2) e a maneira pela qual se comportaram as estruturas produtivas regionais no período (seção 3). Por fim, fazemos uma reflexão, em caráter de proposição de uma agenda de pesquisa.

1. Desconcentração econômica e o processo de fragmentação nacional

A interação internacional pelo aparelho produtivo nacional tem seus efeitos dinâmicos sobre o sistema econômico como um todo. De acordo com Macedo (2010), os movimentos da economia global e as políticas macroeconômicas que visavam uma maior inserção externa da economia brasileira provocaram mudanças na estrutura produtiva, com impactos expressivos em sua dinâmica urbano-regional. Já Pacheco (1998) sugeriu que os problemas econômicos regionais de finais do século XX diziam respeito ao caráter fragmentário e espacialmente heterogêneo do desenvolvimento econômico recente.

Esse caráter manifestava-se tanto em momentos de crise econômica, como nos curtos períodos de expansão, com tendência à perda dos nexos de complementariedade inter-regional construídos ao longo do século passado. Para Cano (2008, p. 16), a hipótese da fragmentação se baseia na existência de diferentes formas de inserção regional à dinâmica externa, com áreas beneficiadas de investimentos privados. Não obstante, o autor destaca que a hipótese aparece apenas como tendência, dado que é preciso levar em consideração os elos da economia nacional e de como eles permanecem, mais ou menos, unidos.

De certo modo, Pacheco (1998, p. 263) também trata como tendência o processo de fragmentação do espaço econômico nacional, ao discorrer sobre o “aumento maior dos diferenciais intrarregionais” e “surgimento de novos bolsões de pobreza em áreas anteriormente prósperas”. O autor defendeu que o movimento das economias regionais apresentou um “flagrante fragmentação da economia nacional”, entre os anos de 1980 e de 1995, em vez de um “crescimento solidário nas regiões” (PACHECO, 1998, p. 226).



Com isso, deu-se um “componente de ruptura” ou de “problematização” nas formas de encadeamento das estruturas produtivas regionais após 1980. Observamos, no entanto, que Pacheco (1998) buscou apresentar os fatores condicionantes à esta tendência e às dificuldades de a contrapor. Todavia, a demonstração de que a “ruptura” tenha se dado carece de investigações mais completas sobre a integração dos setores produtivos nacionais, que permitiria “analisar com detalhe os efeitos perversos da política neoliberal sobre nossa estrutura produtiva” (CANO, 2008, p. 35).

A discussão sobre a fragmentação e a heterogeneidade já vinha sendo elaborada por autores como Araújo (1997) e Guimarães Neto (1997). Ambos defenderam que essa heterogeneidade teria sido gestada ainda no movimento da industrialização brasileira e em face das políticas nacionais e regionais de desenvolvimento do período 1930-1980. Quer dizer, o país teria constituído um processo de desenvolvimento que articulava em seu espaço nacional “ilhas” de produtividade com áreas de relativa estagnação e de ocupação mais antiga. Não obstante, com as políticas econômicas dos anos 1990, poderia haver uma fragmentação do tecido econômico construído e uma forte desarticulação do espaço nacional.

Para Cano (2008), é preciso observar a continuidade dos principais elos da economia montados ao longo do século XX, sobretudo as relações entre a indústria de São Paulo com o restante da nação. O autor defendeu duas hipóteses para o desempenho urbano-regional brasileiro pós-1990: a) mantendo-se as políticas neoliberais e a constituição de setores mais complexos e sofisticados, poderia acontecer uma relativa reconcentração espacial da produção em favor de São Paulo e adjacências e em detrimento das demais regiões; b) a deliberada destruição da capacidade de atuação do Estado nacional, somada ao movimento de “culto ao poder local”, implicaria no enfraquecimento da instituição capaz de contrarrestar a questão internacional e os efeitos “fragmentadores” do movimento da economia global.

Essa discussão também foi realizada por autores como Santos (1993) e Diniz (1993). O primeiro argumentou que passaríamos a verificar mudanças na composição técnica e orgânica do território, em face da necessidade de maciços investimentos em infraestrutura e das modificações no conteúdo da nova indústria. Já Diniz (1993) defendeu a tese de um *desenvolvimento poligonal* em que as principais aglomerações industriais do país se limitariam a um pequeno número de polos de crescimento nas regiões capazes de capturar a maior parte das atividades econômicas que fossem surgindo.

Por sua vez, Abdal (2017; 2020) aponta um movimento contrário ao da desconcentração produtiva a partir dos anos 2000. Para o autor, verificou-se a “manutenção dos padrões estruturais da distribuição da atividade econômica pelo território” (ABDAL, 2020,



p. 4). Isso é, existiram tendências setoriais à desconcentração em atividades intensivas em recursos naturais (terra, água, minérios etc.) ou em indústrias tradicionais, sem a devida correspondência na alteração dos eixos estruturais de produção do país (Sul e Sudeste).

Haveria, portanto, uma manutenção do padrão estrutural identificado por Diniz (1993), dado que não houve uma redistribuição regional da indústria (ABDAL, 2017), entre os anos de 1999 e 2010. As novas áreas constituíram-se, principalmente, na extrapolação daquelas tradicionais já existentes, com exceção da indústria extrativa e dos setores de mais baixa tecnologia. Além disso, os movimentos de desconcentração só se manifestaram em ciclos de crescimento econômico e de elevação dos investimentos.

Os temas da desconcentração e da fragmentação econômicas, no Brasil, ganham ainda mais relevância mediante o processo de *desindustrialização*. De acordo com Morceiro e Guilhoto (2019), os setores manufatureiros mais prejudicados são aqueles intensivos em conhecimento e tecnologia, que tiveram uma “desindustrialização precoce”, com possibilidades de afetar a própria capacidade de inovação do sistema econômico. Para esses autores, os setores intensivos em trabalho também teriam se “desindustrializado”, porém, refletindo uma tendência normal de modernização e da dinâmica industrial recente.

Os efeitos regionais dessa mudança industrial aparecem nas análises de Monteiro Neto *et al.* (2020; 2021), de Abdal (2017; 2020) e de Sampaio (2015). Os primeiros observaram o fenômeno com base no que denominam de *aglomerações industriais relevantes* (AIR), tratando da dinâmica do emprego industrial. Daí, identificaram que a indústria no Brasil permaneceu, de forma muito significativa, nas regiões Sul e Sudeste do país, entre os anos de 1995 e 2018, apesar do crescimento da indústria nas demais regiões, que passaram a contar com maior número de AIR's. Nos últimos anos, a recessão econômica significou uma queda na trajetória do crescimento industrial, de modo que, entre 2015 e 2018 as AIR's reduziram seus níveis de produção e o volume do emprego por todo o território nacional.

Já Abdal (2017; 2020) destacou o surgimento de novas regiões no “mapa da indústria brasileira”, durante os anos 2000, dando continuidade a algum processo de desconcentração. Não obstante, esse movimento teria sido apenas marginal, pois essas novas áreas não são contíguas ou apenas desdobram-se de áreas produtoras tradicionais. O autor conclui que os padrões estruturais de como se distribui a atividade econômica brasileira pelo seu território se manteve, cuja espacialização ainda é muito próxima daquela sugerida por Diniz (1993).

Por sua vez, Sampaio (2015) analisou a questão regional pelos processos de desindustrialização da economia brasileira. O autor entende a desindustrialização pelo aumento do *gap* tecnológico, pela desestruturação de cadeias produtivas, pela substituição



do bem de produção nacional pelo importado e pelo fechamento das unidades produtivas. Do ponto de vista regional, Sampaio (2015) indicou que a indústria paulista sofreria tanto com a perda de densidade industrial – uma vez que possui o maior parque produtivo, a maior diversificação e os setores mais modernos – como pelo reordenamento do aparelho produtivo nacional, com economias regionais menos integradas à de São Paulo.

Para nós, no entanto, a conjugação dessas três análises revela o peso relativo que as duas regiões de maior densidade industrial, Sul e Sudeste – com destaque para o Estado de São Paulo –, ainda tem sobre o andamento da economia brasileira. Em função disso, seu péssimo desempenho industrial, agravado pelo quadro de desindustrialização, funciona como o “refreador” do crescimento econômico recente, pois condiciona as demais regiões a um crescimento limitado, de maneira oposta ao que já ocorreu no passado (CANO, 2008).

Isso se dá porque as demais regiões não conseguem promover uma desconcentração robusta (ABDAL, 2017; 2020), apesar do péssimo desempenho da economia paulista (SAMPAIO, 2015). Em vez disso, obtiveram ganhos marginais de desconcentração, cuja formação de novas AIR's tem maior dispersão e menor densidade do que a mancha industrial anterior a 1980 (MONTEIRO NETO *et al.* 2020; 2021). Ademais, a perda de conexões com a indústria de São Paulo seria o cenário mais grave, pois o crescimento nas regiões periféricas não apresenta o mesmo potencial endógeno que o crescimento industrial promoveu no passado. Para o Nordeste, isso fica mais evidente, dado que seu ritmo de crescimento não muito distante do ritmo nacional aponta para as conexões que ainda mantém com a indústria do Centro-Sul, conforme se demonstrará adiante.

2. Ritmo de crescimento econômico entre as grandes regiões brasileiras (1996-2019)

O debate anterior permite-nos argumentar que o problema regional e urbano brasileiro persiste em seus aspectos principais. Tais aspectos manifestam-se pela generalização da pobreza e da miséria em todo o país, ao passo que características históricas do desenvolvimento das regiões não foram de todo superadas (CANO, 2017). Por sua vez, a região Nordeste requer a superação do viés que a reduz a uma *região-problema*, em especial, porque a noção de “região autônoma, *locus* de uma dinâmica própria no seu movimento de acumulação de capitais” já não mais se aplica àquela realidade (ARAÚJO, 1995, p. 37).

Com efeito, a dinâmica econômica dessa região, a partir dos investimentos e transformações ao longo da segunda metade do século XX, modificou o perfil da sua atividade produtiva, tornando-a mais integrada e articulada à economia nacional, acompanhando seus



ciclos econômicos, mas, com diferenciações internas importantes. Ali, convivem áreas de expansão com estruturas modernas e dinâmicas, e áreas e segmentos econômicos tradicionais, que tornam sua realidade mais *diferenciada e complexa* (ARAÚJO, 2014).

Carvalho (2014) apontou mudanças relevantes na trajetória de desenvolvimento do Nordeste, que combinou a expansão da renda com redução das desigualdades socioeconômicas, além dos efeitos de blocos de investimentos direcionados por políticas federais. Isso reforçaria a presença do Estado como elemento estruturante da economia nordestina, mas que só cobre um aspecto do desenvolvimento recente da região, a qual elevou a participação do setor privado em seu crescimento econômico (ARAÚJO, 2014).

Na Tabela 1, verifica-se os índices de crescimento da economia do Nordeste, em comparação com o país e as demais grandes regiões, entre os anos de 1996 e 2019. Nesse período, a economia brasileira apresentou uma expansão de 48% (média de 1,7% a.a.). Entre as regiões, o Norte e o Centro-Oeste lideraram o crescimento, cujos desempenhos fizeram com que suas economias regionais estivessem perto de dobrar de tamanho. O Nordeste também cresceu a taxas superiores à brasileira, permitindo-lhe uma expansão real de 65,5%. Por outro lado, a região Sudeste apresentou desempenho muito fraco, bem inferior à média brasileira, com crescimento real de 33,4%, enquanto o Sul teve expansão levemente superior ao do país, mas bem abaixo que as outras três de melhor performance.

Tabela 1 - Evolução do Produto Interno Bruto real a preços de mercado, segundo o Brasil e grandes regiões, 1996-2019 (1996=100 e preços de 2010)

Brasil e grandes regiões	PIB – número índice					
	1996	2000	2005	2010	2015	2019
Brasil	100,0	108,2	108,5	135,1	144,7	148,0
Norte	100,0	113,4	125,0	170,3	181,8	197,9
Nordeste	100,0	109,1	112,3	145,4	162,7	165,5
Sudeste	100,0	105,8	106,1	128,9	132,6	133,4
Sul	100,0	110,9	102,7	128,0	144,2	150,5
Centro-Oeste	100,0	115,1	122,9	160,4	184,2	193,7

Fonte: Sistema de Contas Regionais (SCR)/IBGE; dados extraídos de <http://www.ipeadata.gov.br/>.

Esse desempenho regional teria condicionado um processo de desconcentração econômica conforme apontado por Cano (2008), tendo se aprofundado na última década. Isso é, seu desempenho decorre mais do péssimo desempenho econômico do estado de São Paulo, do que em função de um crescimento virtuoso nas demais porções do território. Mas, essa hipótese não é suficiente para explicar o que acontece em cada uma das regiões no período. No Nordeste, seu desempenho é superior ao do país e das regiões Sul e Sudeste, porém, com uma relativa distância do que ocorria no Norte e Centro-Oeste (Tabela 2).



Entre 2000 e 2010, o Norte e Centro-Oeste passaram a crescer em ritmo mais acelerado, impulsionados pelo bom desempenho das exportações e de investimentos em infraestrutura. No mesmo período, as regiões Sul e Sudeste tiveram desempenho abaixo da média brasileira. Destacamos, no entanto, o período 2005-2010, quando a economia brasileira cresceu à taxa anual de 4,5% e somente a região Sudeste teve desempenho inferior, ainda assim com ritmo de 4,0% ao ano. Nesse recorte temporal, o Nordeste cresceu num ritmo anual de 5,3%, próximo do Centro-Oeste (5,5% a.a.) e mais abaixo do Norte (6,4% a.a.).

Tabela 2 - Taxa média geométrica anual de crescimento do Produto Interno Bruto real a preços de mercado, segundo o Brasil e grandes regiões e por períodos selecionados, 1996-2019 (preços de 2010)

Brasil e grandes regiões	PIB – taxas médias anuais de crescimento								
	1996-2019	1996-2000	2000-2005	1996-2005	2005-2010	2000-2010	2010-2015	2010-2019	2015-2019
Brasil	1,7	2,0	0,1	0,9	4,5	2,3	1,4	1,0	0,6
Norte	3,0	3,2	2,0	2,5	6,4	4,2	1,3	1,7	2,1
Nordeste	2,2	2,2	0,6	1,3	5,3	2,9	2,3	1,5	0,4
Sudeste	1,3	1,4	0,1	0,7	4,0	2,0	0,6	0,4	0,2
Sul	1,8	2,6	-1,5	0,3	4,5	1,4	2,4	1,8	1,1
Centro-Oeste	2,9	3,6	1,3	2,3	5,5	3,4	2,8	2,1	1,3

Fonte: Sistema de Contas Regionais (SCR)/IBGE; dados extraídos de <http://www.ipeadata.gov.br/>.

A partir de 2010, as taxas de crescimento da economia brasileira e das grandes regiões reduziram-se bastante, cuja expansão nacional foi de apenas 9,5%, em termos reais. Esse baixo desempenho foi puxado, principalmente, pela performance da região Sudeste (0,4% a.a.) que cresceu apenas 3,5% em toda a última década. Já o Nordeste apresentou o segundo pior resultado entre as grandes regiões, enquanto o Centro-Oeste liderava o crescimento, favorecido pelo comportamento do agronegócio exportador.

Como resultado, entre 1996 e 2019, a região Nordeste passou de 12,9% do total da economia brasileira para 14,4%, cujo ganho só foi menor que o do Centro-Oeste, com elevação de 2,4 p.p. (Tabela 3). Essa região elevou sua contribuição ao PIB nacional de 7,8% em 1996 para 10,2% em 2019, traduzindo a expansão do agronegócio no cerrado brasileiro (PIRES, 2020). Quanto ao Nordeste, apenas conseguiu recuperar a participação na economia brasileira que obteve na fase mais intensa do desenvolvimentismo nacional (1956-1973).

A região Norte também teve ganho de 1,5 p.p., no período, mas com uma participação que passou de 4,4% para 5,9%. Embora com a menor participação entre as macrorregiões, esse desempenho traduz um novo padrão de crescimento regional, com maior intensidade no uso de recursos naturais (MIRANDA et al., 2021). Já o Sul e Sudeste tiveram desempenhos adversos, com a primeira região mantendo participação estável e a segunda



reduzindo sua contribuição ao PIB nacional em 5,7 p.p., num intervalo de 23 anos, em que pese ainda deter 52,3% de toda a atividade econômica do país, em 2019. Pelo exposto, o ritmo de crescimento do PIB das regiões Norte e Centro-Oeste até se afasta do ritmo nacional, embora este seja muito influenciado pelo que ocorre na região Sudeste. Já a região Nordeste demonstrou um crescimento que acompanha o do país e que, principalmente, reflete sua maior integração com a economia sudestina, apesar de ter performance mais elevada.

Tabela 3 - Composição do Produto Interno Bruto real a preços de mercado, segundo o Brasil e grandes regiões, 1996-2019 (preços de 2010)

Brasil e grandes regiões	PIB - participação relativa					
	1996	2000	2005	2010	2015	2019
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Norte	4,4	4,6	5,1	5,5	5,5	5,9
Nordeste	12,9	13,0	13,4	13,9	14,5	14,4
Sudeste	58,0	56,7	56,7	55,3	53,2	52,3
Sul	16,9	17,4	16,0	16,0	16,9	17,2
Centro-Oeste	7,8	8,3	8,9	9,3	9,9	10,2

Fonte: Sistema de Contas Regionais (SCR)/IBGE; dados extraídos de <http://www.ipeadata.gov.br/>.

O quadro implica a necessidade de se revelar os potenciais produtivos regionais para entender como essas regiões estão integradas ao aparelho produtivo nacional. No caso do Nordeste, isso leva a três alternativas: a) a região não está mais tão integrada à economia brasileira porque cada vez mais seus vínculos e condicionantes são extraterritoriais e refletem a dinâmica da economia global; b) ela ainda se integra, porém, com novos vínculos externos que condicionam seu padrão de integração à economia nacional; e c), o Nordeste continua bastante integrado à economia brasileira e seu mercado interno, sendo essa suas duas principais determinações, mesmo que tendo se inserido em múltiplas vinculações externas.

Em resumo, o que estamos discutindo é se o crescimento econômico do Nordeste se tornou, de fato, mais “fragmentado” e menos integrado à economia brasileira e do Sudeste ou, apesar da tendência apontada na literatura sobre o tema, essa hipótese ainda não se concretizou? Para aprofundarmos essa questão, passamos agora a discutir a estrutura setorial da atividade produtiva entre as grandes regiões brasileiras e como ela se comportou neste início de século.

3. Trajetória recente e transformações nas estruturas produtivas regionais

Para a análise seguinte, o período dependeu do tamanho da série histórica das Contas Regionais, divulgada pelo IBGE. De início, observamos como evoluíram os setores de atividade econômica entre as regiões brasileiras, segundo os índices de crescimento real do



valor adicionado bruto (VAB), entre 2002 e 2019 (Tabela 4). A resposta às nossas questões passa, então, pelo efeito devastador que se provocou sobre a indústria de transformação do país – processo iniciado desde finais dos anos 1980 (MORCEIRO e GUILHOTO, 2019).

Tabela 4 - Evolução do valor adicionado bruto real, segundo os setores de atividade econômica e por grandes regiões, 1996-2019 (2002=100 e preços de 2010)

Setor de atividade econômica	Grandes regiões	Valor adicionado bruto - número-índice						
		2002	2005	2008	2010	2014	2016	2019
Agropecuária	Norte	100,0	118,0	110,7	115,4	145,1	146,2	158,3
	Nordeste	100,0	121,3	139,4	133,7	140,3	116,0	159,2
	Sudeste	100,0	110,7	124,0	125,7	129,7	139,1	142,5
	Sul	100,0	98,6	126,5	137,2	149,2	155,5	159,6
	Centro-Oeste	100,0	122,1	135,6	141,3	192,4	175,6	245,4
Indústria	Norte	100,0	126,8	147,8	162,4	183,6	161,1	168,3
	Nordeste	100,0	111,4	127,5	138,4	152,2	133,2	130,2
	Sudeste	100,0	109,6	123,8	128,2	129,6	117,5	114,9
	Sul	100,0	107,6	116,8	121,1	124,6	111,2	114,0
	Centro-Oeste	100,0	113,6	134,1	153,0	177,2	162,2	167,5
Indústria Extrativa	Norte	100,0	132,3	157,2	175,0	206,0	222,6	181,7
	Nordeste	100,0	100,1	100,1	104,0	113,0	96,0	101,7
	Sudeste	100,0	111,0	128,1	145,7	152,3	162,0	153,6
	Sul	100,0	112,5	148,0	170,0	208,3	168,4	148,4
	Centro-Oeste	100,0	110,8	140,7	155,1	180,6	142,2	126,5
Indústria de Transformação	Norte	100,0	130,6	146,9	152,1	161,7	135,3	153,5
	Nordeste	100,0	123,4	138,3	143,6	146,0	134,5	134,9
	Sudeste	100,0	112,8	127,2	124,0	118,0	101,3	102,4
	Sul	100,0	110,4	118,8	117,3	115,3	99,6	106,6
	Centro-Oeste	100,0	126,1	150,8	165,4	191,7	188,2	203,4
Serviços	Norte	100,0	119,8	135,5	149,8	172,0	163,7	176,4
	Nordeste	100,0	110,8	126,8	137,1	154,9	146,7	152,3
	Sudeste	100,0	108,7	127,3	137,4	149,2	141,4	146,2
	Sul	100,0	108,7	122,2	130,5	146,1	139,2	149,1
	Centro-Oeste	100,0	113,5	131,6	142,9	161,7	157,4	165,4
Administração Pública ¹	Norte	100,0	114,4	124,5	134,8	146,6	146,2	147,0
	Nordeste	100,0	107,0	114,3	120,5	124,8	124,0	124,1
	Sudeste	100,0	107,9	114,6	121,4	127,2	128,0	126,4
	Sul	100,0	107,5	114,9	120,1	127,7	128,5	127,8
	Centro-Oeste	100,0	110,7	119,1	125,2	136,1	139,1	141,2

Fonte: Sistema de Contas Regionais (SCR), IBGE (2002-2019). ¹ Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social.

Parece-nos claro que o pífio desempenho apresentado pela indústria de transformação (Tabela 4) na região Sudeste é um componente relevante do que ocorreu com



a economia brasileira no período analisado e de seus reflexos regionais. Ali, no ano de 2019, esse setor era apenas 2,4% maior, em termos reais, do que era no ano de 2002. Após um período de crescimento entre os anos de 2002 e 2008, embalado pela (e impulsionando a) economia brasileira, o setor manufatureiro da região começou a verificar quedas reais do VAB, piorando após a recessão econômica de 2015-2016. Isso teria levado a uma perda relevante de participação relativa da região na indústria de transformação nacional (Tabela 5).

Com o segundo maior parque industrial entre as macrorregiões, o Sul não teve desempenho muito superior, agravando o quadro da manufatura brasileira. Em termos reais, o desempenho do setor na região acompanhou as mesmas tendências verificadas no Sudeste, porém, em níveis inferiores ao desta última, o que revela alguma integração de seus parques produtivos e a prevalência da indústria sudestina. Já com a crise econômica, a manufatura do Sul teve desempenho melhor que no Sudeste, recuperando crescimento e justificando o ganho de participação (Tabela 5), embora bem abaixo das demais regiões.

Por sua vez, o Centro-Oeste apresentou o melhor desempenho da indústria de transformação no período, dobrando seu tamanho e elevando sua participação relativa entre as grandes regiões, embora ainda seja uma participação baixa (Tabela 5). Seu desempenho foi puxado pela dinâmica do setor agropecuário, que provocou o crescimento da agroindústria. Assim, a manufatura regional somente sofreu uma pausa no crescimento com a crise econômica da última década, quando obteve uma queda acumulada de -1,8% entre os anos de 2014 e 2016, recuperado no período seguinte (2016-2019).

Já em ritmo bem menos acelerado, a indústria de transformação da região Norte obteve crescimento real acima da média, cujo desempenho só não foi melhor porque a região sofreu o revés mais acentuado durante a crise, recuperando-se nos anos seguintes. Tal desempenho reforça a característica incipiente da manufatura regional, em que 89,3% de todo o seu VAB esteve concentrado nos estados do Amazonas (71,5%) e Pará (17,8%), no ano de 2019, com o destaque para a Zona Franca de Manaus, no primeiro.

Por fim, a indústria de transformação do Nordeste manteve o padrão de seu nível geral de atividade econômica, em que o desempenho intermediário ficou acima do Sul e Sudeste, mas aquém do Norte e Centro-Oeste. Historicamente, a indústria nordestina é mais integrada à do Sudeste do que aquela encontrada nessas duas regiões², traduzindo o período da industrialização brasileira e das políticas regionais de meados do século XX. Vale observarmos que, em 2019, o setor manufatureiro da região era 7,6% inferior ao tamanho

² Exceção evidente da Zona Franca de Manaus, na região Norte, mas que tem um peso relativo muito menor.



observado no ano de 2014, demonstrando as dificuldades de recuperação após o período de recessão econômica. Com esse desempenho, a participação relativa da indústria de transformação do Nordeste sobre o total do país passou de 9,0% em 2002 para 10,8% em 2019 (Tabela 5).

Tabela 5 - Participação relativa do valor adicionado bruto, em valores nominais, segundo os setores de atividade econômica e por grandes regiões brasileiras (2002-2019) (Brasil=100, %)

	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste	
	2002	2019	2002	2019	2002	2019	2002	2019	2002	2019
Total das atividades	4,8	5,9	13,5	14,4	56,5	52,3	16,4	17,2	8,9	10,2
Agropecuária	7,9	10,6	20,9	19,3	27,7	21,5	27,6	27,6	15,9	21,1
Indústria	5,1	7,4	11,7	12,2	59,7	54,3	18,1	19,6	5,5	6,5
Indústrias extrativas	7,3	18,5	12,9	4,3	76,2	75,1	1,8	1	1,8	1,2
Indústrias de Transformação	4,7	4,4	9	10,8	60,8	54,6	21,5	24,4	4	5,8
SIUP ¹	4,9	10,8	13,7	20	51,7	40	20,9	19,3	8,7	9,9
Construção	5,2	6,2	16,5	16,4	56,3	48,8	13,9	18,8	8,2	9,9
Serviços	4,5	5,1	13,4	14,8	57,9	53,7	14,7	15,8	9,5	10,6
Comércio ²	4,8	5,5	14,6	14,8	53,8	51,8	19,3	19	7,4	8,9
Transporte ³	3,7	3,9	11,6	12,4	60,4	59,9	17,2	16,8	7,1	7,1
Alojamento e alimentação	5,1	5,5	15	19	57,7	50,6	14,2	16,2	8	8,8
Informação e comunicação	1,8	1,8	9,8	7,4	69,6	69,9	12,4	14,7	6,4	6,2
Atividades financeiras ⁴	1,2	2,1	6,7	7,6	70,7	66,5	11,5	11,5	10	12,3
Atividades Imobiliárias	5,3	5	13,7	14,3	56,5	55,3	17	16,6	7,6	8,7
Atividades profissionais ⁵	2,6	2,9	9,4	11,3	69	63,1	12,3	15,3	6,8	7,4
Administração pública ⁶	7,3	8,7	19,2	21,4	45,8	39,4	12,4	14	15,2	16,5
Educação e saúde privadas	3	3	12,8	13,9	60,1	55,7	18	18,8	6,1	8,6
Outras atividades de serviços	4,3	4,4	11,6	13,6	60,1	56,4	15,7	16,1	8,3	9,6

Fonte: Sistema de Contas Regionais, IBGE (2002-2019). ¹ Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação; ² Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas; ³ Transporte, armazenamento e correios; ⁴ Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados; ⁵ Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares; ⁶ Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social.

Essa performance, associada às das demais regiões, mais reflete a complicada estagnação industrial do Sudeste que um alto dinamismo regional, talvez com a exceção do que houve na região Centro-Oeste. Mas, a indústria de transformação não é o único setor a explicar a dinâmica das economias regionais brasileiras nesse período. Com efeito, os setores elencados na Tabela 4 demonstram serem vetores de crescimento econômico associados a determinados espaços do território brasileiro, o que dialoga com a tipologia proposta por Brandão (2019)³.

³ O autor assumia que os impactos territoriais das transformações socioeconômicas vivenciadas pelo país ainda não estavam sendo “plenamente captadas” em suas dinâmicas e propôs uma tipologia do território nacional baseada nos tipos de investimentos e de territórios impactados por cada tipo de investimento (BRANDÃO, 2019).



O tamanho regional desses setores tem menos aderência aos respectivos tamanhos relativos de suas economias (participação no PIB nacional), significando que elas são as principais responsáveis pelo bom ou mau desempenho regional (Tabela 5). As demais atividades ou têm participação com forte aderência ao tamanho relativo das economias regionais – isto é, não “ativam” o crescimento –, ou têm características espaciais que favorecem a sua concentração.

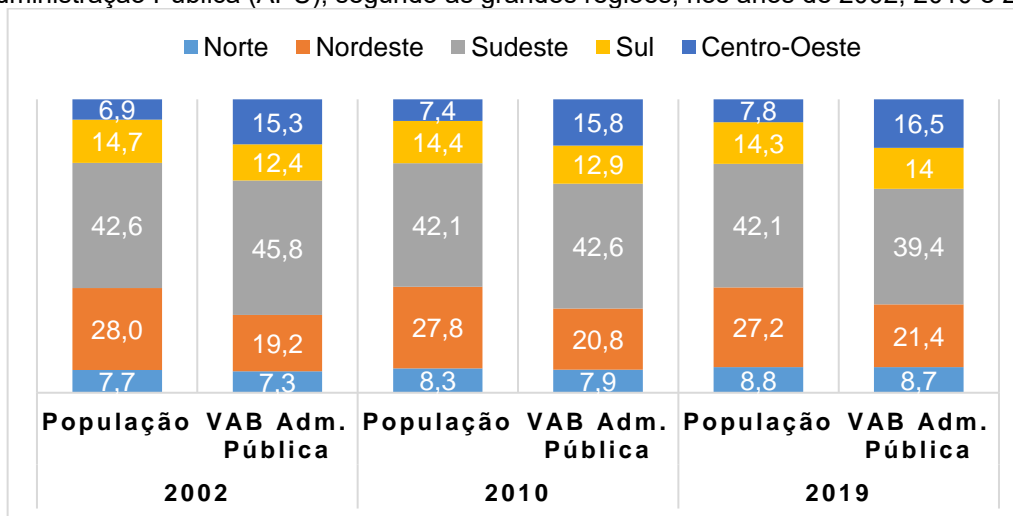
Dentro do setor terciário, a principal exceção ocorre com o VAB da Administração Pública, que não demonstra ter aderência com o tamanho de cada economia ou com o ritmo de crescimento regional. Suas taxas regionais de crescimento têm maior relação com os respectivos tamanhos populacionais. No Gráfico 1, vemos que a participação de cada região no tamanho da população costuma acompanhar a distribuição regional dessa atividade.

Esta correlação resulta de dois aspectos relacionados à natureza desse tipo de atividade: a) o volume de repasses e transferências intergovernamentais segue a estimativa da população, fazendo com que as atividades desempenhadas pelo setor público tenham distribuição per capita muito semelhantes pelo território (Tabela 6); b) a prestação de serviços da Administração Pública precisa atender, equitativamente, a toda a população, respondendo a dispositivos legais e à essência do setor público, daí que seu VAB responderá às mesmas determinações sociais.

Nesse caso, as exceções do Centro-Oeste e Nordeste, encontradas no Gráfico 1, apenas confirmam a regra. A primeira manteve-se, em média, com o dobro de sua participação no VAB da Administração Pública do país, em relação à participação de sua população no total nacional. Com isso, o VAB per capita da Administração Pública foi de R\$ 11,2 mil, em 2019, algo duas vezes maior que o verificado no país (Tabela 6). Esse desempenho deve-se à localização do Distrito Federal naquela região, que concentra o conjunto das atividades administrativas desenvolvidas pela União.

Como as regiões Norte, Sul e Sudeste mantiveram participações semelhantes entre a Administração Pública e suas populações, surpreende que a diferença do Centro-Oeste se dê, exclusivamente, sobre o Nordeste. Isso porque a região costuma ser vinculada a um discurso de alta dependência do setor público. No ano de 2019, o VAB per capita da Administração Pública no Nordeste representou apenas 78,9% da média brasileira, embora, possamos destacar que, no período, houve uma tendência generalizada à convergência desse indicador entre as macrorregiões (Tabela 6), o que reforça os aspectos destacados sobre esse setor.

Gráfico 1 - Participação relativa da população e do valor adicionado bruto pela Administração Pública (APU), segundo as grandes regiões, nos anos de 2002, 2010 e 2019



Fonte: Estimativas de População/IBGE, 2002-2019; Censo Demográfico, 2010/IBGE; Sistema de Contas Regionais (SCR)/IBGE, 2002-2019. Nota: para o ano de 2010, a informação é de população residente e não a estimada.

Diante disso, o Nordeste seria menos dependente da Administração Pública que as demais regiões? Esse também não parece ser o caso, conforme observado por Porto e Miranda (2019). Esses autores notaram que, entre as cidades da região, a correlação entre tamanho da população e participação do setor se mantém, independentemente do nível hierárquico na rede urbana. Desse modo, a possível dependência do Nordeste com relação ao gasto público só se manifesta, justamente, segundo as variáveis de gasto e/ou de renda, mas não pela ótica da produção. Isso, para nós, desautoriza a antiga tese de que ali haveria uma “economia sem produção” (GOMES, 2001; ARAÚJO e LIMA, 2009). Vale observar, ainda, que o Nordeste foi a região com a menor expansão desse setor, neste início de século (Tabela 4).

Quanto à indústria da construção, revelou-se uma característica espacial importante na discussão do caso do Nordeste. Embora o setor acompanhe o nível da atividade econômica, na região identificamos participação mais elevada no total das atividades, indicando tendência regional de concentração. Isso parece resultar de uma característica locacional que é a ocorrência de mão de obra regional mais abundante e mais barata que em outras regiões. Macedo e Porto (2021) já haviam identificado esse fenômeno para as três metrópoles nordestinas (Fortaleza, Recife e Salvador) que, no ano de 2014, estavam entre os maiores contingentes de empregos formais na construção civil, em todo o país.

Por fim, os desempenhos regionais da agropecuária e da indústria extrativa refletem bem a trajetória da economia brasileira e seus componentes espaciais, em todo o período analisado. Trata-se de um crescimento econômico associado ao bom desempenho das



commodities e à demanda mundial por bens primários neste início de século, cujas repercussões territoriais são bastante evidentes. Na Tabela 4, observamos que apenas a região Norte teve desempenho da agropecuária inferior aos demais grandes setores, entre 2002 e 2019, com exceção de sua indústria de transformação e do que houve com a indústria extrativa do Sudeste – que teve crescimento superior ao da sua agropecuária.

Tabela 6 - Valor adicionado bruto per capita da administração pública, em valores correntes, segundo Brasil e grandes regiões, e seu grau de convergência regional ao Brasil (=100) – 2002, 2010 e 2019

Brasil e grandes regiões	VAB Adm. Pública per capita (R\$)			Grau de convergência (%)		
	2002	2010	2019	2002	2010	2019
Norte	1.128	2.672	5.211	94,1	94,8	99,0
Nordeste	825	2.108	4.154	68,8	74,8	78,9
Sudeste	1.288	2.848	4.931	107,4	101,0	93,7
Sul	1.012	2.529	5.167	84,4	89,7	98,2
Centro-Oeste	2.637	6.076	11.189	219,9	215,5	212,6
Brasil	1.199	2.820	5.263	100,0	100,0	100,0

Fonte: Estimativas de População/IBGE, 2002-2019; Censo Demográfico, 2010/IBGE; Sistema de Contas Regionais (SCR)/IBGE, 2002-2019. Nota: para o ano de 2010, a informação é de população residente e não a estimada.

Nas demais regiões, o mais alto desempenho do setor produtor de bens primários é um forte indicativo do que foi a dinâmica urbano-regional nesse período. Juntos, o Norte e o Sudeste concentravam 93,6% da indústria extrativa nacional, configurado pelas características técnicas e econômicas do setor, que têm forte componente locacional, isto é, cuja atividade se dá nos espaços onde estão as bases de recursos naturais.

Por sua vez, o Centro-Oeste apresentou o mais alto crescimento do VAB da agropecuária, entre 2002 e 2019, cuja performance permitiu aumento real de 145,4%, muito acima da segunda colocada, a região Sul, que cresceu 59,6%. Com isso, a participação da agropecuária do Centro-Oeste no total nacional saltou de 15,9% em 2002 para 21,1%, em 2019, consolidando o perfil produtivo da região. Embora a sua participação no VAB da agropecuária ainda esteja abaixo das verificadas nas regiões Sudeste (21,5%) e Sul (27,6%), o desempenho do Centro-Oeste sintetiza um longo processo de transformação da agricultura e do próprio perfil recente da economia brasileira.

Nesse período, o Nordeste manteve estável sua participação no total nacional da agropecuária, embora com redução de 1,6 p.p., em 17 anos. Com isso, a região perdeu para o Centro-Oeste a terceira colocação na produção agrícola do país. De todo modo, sua participação na agropecuária brasileira continua muito superior ao da sua participação no total das atividades econômicas. Em termos desagregados, o maior destaque no interior da região



ocorre em sua área de cerrado – que é a porção nordestina do MATOPIBA⁴ –, conforme discutido por autores como Pereira (2019) e Buainain e Garcia (2015), que apontam a alta capacidade de produção de grãos dessa região.

Temos, agora, elementos para avaliar o que ocorreu internamente com as estruturas produtivas regionais no período analisado (Tabela 7). Embora estejamos mais atentos para a distribuição das atividades econômicas do Nordeste, é possível notar a redução do tamanho relativo da Agropecuária em todas as regiões do país, apesar das já apontadas altas taxas de crescimento do setor. Isso se deu, inclusive, com a região Centro-Oeste. Já o Nordeste apresentou a maior redução da participação da Agropecuária em sua estrutura econômica.

Tabela 7 - Participação relativa dos setores de atividade econômica no total do valor adicionado bruto, segundo as grandes regiões brasileiras, entre os anos de 2002 e 2019 (Total das atividades=100)

	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste	
	2002	2019	2002	2019	2002	2019	2002	2019	2002	2019
Total das Atividades	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Agropecuária	10,4	8,8	10,0	6,5	3,1	2,0	10,8	7,8	11,5	10,1
Indústria	27,6	27,6	23,0	18,5	27,9	22,6	29,1	24,8	16,3	13,8
Indústrias extrativas	3,1	9,0	1,9	0,9	2,7	4,1	0,2	0,2	0,4	0,3
Indústrias de Transformação	14,1	8,9	9,7	9,0	15,6	12,5	19,0	17,0	6,5	6,8
SIUP ¹	3,5	5,5	3,5	4,2	3,1	2,3	4,3	3,4	3,4	2,9
Construção	7,0	4,1	7,9	4,4	6,4	3,7	5,5	4,3	6,0	3,8
Serviços	62,0	63,6	67,1	75,0	69,0	75,4	60,1	67,3	72,2	76,1
Comércio ²	7,7	12,2	8,4	13,3	7,4	12,8	9,1	14,3	6,5	11,3
Administração pública ³	24,8	25,7	23,6	25,9	13,4	13,1	12,5	14,2	28,4	28,1
Demais serviços	29,5	25,7	35,1	35,8	48,2	49,5	38,5	38,8	37,3	36,7

Fonte: Sistema de Contas Regionais, IBGE (2002-2019). ¹ Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação; ² Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas; ³ Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social.

Entre os grandes setores da economia também houve redução relativa da Indústria nos totais de cada região. O Norte chegou a apresentar crescimento, influenciado pelo comportamento da indústria extrativa, mas voltou a reduzir o tamanho relativo de sua indústria. Isso porque, diferente da extrativa, a indústria de transformação regional reduziu bastante seu tamanho relativo. As maiores reduções da Indústria deram-se nas regiões Sudeste, Sul e Nordeste, cujas razões internas foram diferenciadas, com as duas primeiras reduzindo o tamanho relativo de sua manufatura. Já o Nordeste teve desempenho influenciado pela redução na participação da construção civil, assim como ocorreu com o Centro-Oeste.

⁴ Além de todo o Estado do Tocantins, na região Norte do país, essa área compreende porções do território da Bahia (oeste), do Maranhão (sul e nordeste) e do Piauí (sudoeste), conforme delimitação imposta pelo Decreto nº 8.447/2015.



Desse modo, os Serviços foram o grande setor da economia que elevou o tamanho de sua participação relativa no total das economias regionais. O Nordeste apresentou a maior elevação, influenciado pelas atividades de *comércio* e da *administração pública*. Isso nos leva a destacar dois aspectos sobre o desempenho do setor terciário na estrutura econômica do Nordeste. Em primeiro lugar, a performance dessas duas atividades na região constitui um importante componente da expansão urbana, o que também vale para o fato de o Nordeste ter mantido o tamanho relativo de sua manufatura. Em segundo, houve uma maior diversificação nos padrões de consumo e de renda regionais do que na sua estrutura produtiva, aspecto que condicionou o primeiro.

Em particular, o desempenho das atividades de comércio indica a expansão regional do consumo e corrobora a nossa hipótese de que ali o crescimento se deu via inclusão social, baseado na elevação da renda monetária e do consumo de massa. Isso pode ser mais bem apreciado com a avaliação dos níveis de atividade econômica segundo a hierarquia urbana das cidades na região, bem como pelo que ocorreu com os padrões de renda e de consumo regionais no período. Tais elementos devem ser considerados numa agenda de pesquisa sobre o desenvolvimento futuro dessa região.

Considerações finais

Este artigo buscou discutir as modificações nas estruturas produtivas regionais do país, com atenção especial ao caso do Nordeste. Essa discussão nos parece fundamental para a compreensão da dinâmica urbano-regional nordestina, seu padrão de crescimento e determinações econômico-espaciais. Uma característica associada à sua trajetória das últimas décadas é o perfil socioeconômico, que teve como elemento predominante o funcionamento do setor de Serviços, algo que lança um desafio à capacidade que este setor tem de absorver as necessidades da população e de absorver a sua mão de obra.

Em outras palavras, o ritmo e o sentido do processo de urbanização da região Nordeste colocam-se como aspectos centrais do que ocorreu ali durante o período analisado. Isso também leva a uma problematização do caráter de seu desenvolvimento regional, relativo aos padrões de renda e de consumo que se verificaram após 1990. De fato, o desempenho das atividades de comércio no Nordeste indica que houve uma expansão do consumo na região, influenciado por um padrão de crescimento que se deu via expansão da renda monetária, diferente do que predominou nas demais regiões. Por outro lado, a maior diversificação dos padrões de consumo e da renda regionais se deu sem uma correspondente mudança da sua estrutura produtiva.



Nesse contexto, com as mudanças que a economia brasileira e as regionais sofreram pós 2014-2015, as áreas do Nordeste que passaram a conter alguns *fluxos de riqueza* nos primeiros anos do século XXI, podem retroagir aos velhos *fluxos de pobreza*, condenando-as à eterna dependência das velhas capitais do estado. Isso nos traz de volta à discussão sobre as estruturas produtivas regionais e seus níveis de integração. Com efeito, podemos dizer que as economias regionais ainda estão (fragilmente) integradas, cuja tendência à fragmentação manifesta-se num crescimento regional muito baixo.

Esse comportamento se difere da trajetória passada do desenvolvimento do Nordeste, quando o crescimento industrial estimulava as performances das grandes regiões, que tinham suas atividades mais ou menos vinculadas ao “core” ou centro dinâmico do crescimento econômico. Porém, o desempenho comparado da economia brasileira e das economias regionais entre os anos de 2005 e 2010 aponta para possibilidades efetivas de uma política de desenvolvimento regional.

Entre os anos de 1996 e 2019, esse foi o quinquênio de melhor performance do país e das regiões, com destaque à sustentação dada pelo crescimento do Sudeste. Assim, embora o setor primário nacional apresentasse alto crescimento puxado pelo desempenho das exportações, ele não se mostrou suficiente para estimular o conjunto da economia brasileira e de suas partes. A indústria de transformação, por outro lado, mostrou-se ainda capaz de fazer isso, dada sua capacidade em articular os vínculos de solidariedade regional que, porventura, ainda existam.

Referências

ABDAL, A. Trajetórias regionais de desenvolvimento no Brasil contemporâneo: uma agenda de pesquisa. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 22, E202005, pp. 1-21, 2020. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202005>

_____. Desenvolvimento regional no Brasil contemporâneo: para uma qualificação do debate sobre desconcentração industrial. **Novos Estudos Cebrap**, v. 36, n. 2, pp. 107-126, jul., 2017. <http://dx.doi.org/10.25091/S0101-3300201700020006>

ARAÚJO, L. A.; LIMA, J. P. R. Transferências de renda e empregos públicos na economia sem produção do semiárido nordestino. **PPP - Planejamento e Políticas Públicas**, n. 33, p. 45-77, jul./dez., Brasília-DF, IPEA, 2009. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/153/168>. Acesso em: 25 out. 2022.

ARAÚJO, T. B. Nordeste: desenvolvimento recente e perspectivas. In: GUIMARÃES, P. F. et al. (Org.). **Um olhar territorial para o desenvolvimento**: Nordeste. Rio de Janeiro, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2014.

_____. Nordeste, nordestes: que Nordeste? In: ARAÚJO, Tânia Bacelar de. **Ensaios sobre o desenvolvimento brasileiro**: heranças e urgências. Rio de Janeiro, p. 165-196, Revan Fase, 2000a [1995].



_____. Nordeste: herança de diferenciação, futuro de fragmentação. **Estudos Avançados**, v. 11, n. 29, pp. 7-36, jan./abr., 1997. <https://doi.org/10.1590/S0103-40141997000100002>

BALTAR, P.; SOUEN, J.; CAMPOS, G. Emprego e distribuição da renda. In: CARNEIRO, R.; BALTAR, P.; SARTI, F. (Org.) **Para além da política econômica**. São Paulo, SP, Unesp Digital, 2018.

BIELSCHOWSKY, R. Estratégia de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: uma expansão conceitual. **Economia e Sociedade**, v. 21, n. especial, p. 729-747, dez., 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/F8mXfg5mkdfyiw5Y5bLXqXq/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 09 set. 2022.

BRANDÃO, C. A. As ausências e elos faltantes das análises regionais no Brasil e a proposição de uma agenda de pesquisa de longo prazo. **Texto para Discussão (IPEA)**, n. 2461, Rio de Janeiro, RJ, mar., 2019. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9117>. Acesso em: 27 out. 2022.

BUAINAIN, A. M.; GARCIA, J. R. Evolução recente do agronegócio no cerrado nordestino. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 23, n. 1, p. 166-195, ago., 2015. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/439>. Acesso em: 28 out. 2022.

CANO, W. Brasil – construção e desconstrução do desenvolvimento. **Economia e Sociedade**, Campinas, SP, v. 26, n. 2, pp. 265–302, ago., 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3533.2017v26n2art1>

_____. (Des)industrialização e (Sub)desenvolvimento. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, RJ, v. 9, n. 15, p. 139-174, 2014. Disponível em: <http://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/ojs-2.4.8/index.php/cdes/article/view/118>. Acesso em: 27 ago. 2022.

_____. **Desconcentração produtiva regional do Brasil: 1970-2005**. 2ª ed., São Paulo, SP: UNESP, 2008.

CARVALHO, C. P. O. O novo padrão de crescimento no Nordeste semiárido. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 45, n.3, pp. 160-184, jul./set., 2014. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/revista/index.php/ren/article/view/125/104>. Acesso em: 10 set. 2022

DINIZ, C. C. A busca de um Projeto de Nação: o papel do território e das políticas regional e urbana. **Revista EconomiA**, v. 7, n. 4, pp. 1-18, dez., 2006. Disponível em: http://www.anpec.org.br/revista/vol7/vol7n4p1_18.pdf. Acesso em: 18 set. 2022

GOMES, G. M. **Velhas secas em novos sertões**: continuidade e mudanças na economia do semiárido e dos cerrados nordestinos. Brasília, DF, IPEA, 2001.

GUIMARÃES NETO, L. Mercado de trabalho no Nordeste – 2000-2010: avanços e desafios. In: GUIMARÃES, P. F. et al. (Org.). **Um olhar territorial para o desenvolvimento**: Nordeste. Rio de Janeiro, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), 2014.

HIRATUKA, C.; SARTI, F. Transformações na estrutura produtiva global, desindustrialização e desenvolvimento industrial no Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 37, n. 1 (146), p. 189-207, jan./mar., 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/xn7cpQfVSGCZSxdDpbn5zTc/?lang=pt>. Acesso em: 08 set. 2022



MACEDO, F. C. **Inserção externa e território: impactos do comércio exterior na dinâmica regional e urbana no Brasil (1989-2008)**. 2010. 302f. Tese de Livre Docência, Campinas-SP, Instituto de Economia/Unicamp, 2010.

MIRANDA, H.; MICHELLOTTI, F.; GOMES JÚNIOR, E. Crise e impasses estruturais na Amazônia brasileira: algumas notas sobre a problemática do avanço da fronteira pós-1970. In: SANTOS, Adroaldo Quintela et al (Org.). **Wilson Cano: a questão regional e urbana no Brasil**. São Paulo, Fundação Perseu Abramo; Expressão Popular; ABED, 2021.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 5ª ed., São Paulo, Ed. USP, 2005 [1993].

MONTEIRO NETO, A.; SILVA, R.; SEVERIAN, D. Perfil e dinâmica das desigualdades regionais do Brasil em territórios industriais relevantes. In: MONTEIRO NETO, A. (Org.). **Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas – volume 2**. Rio de Janeiro, RJ, IPEA, 2020.

_____. A dinâmica territorial do emprego das aglomerações industriais na crise econômica recente (2015-2018). In: MONTEIRO NETO, A. (Org.). **Brasil, brasis: reconfigurações territoriais da indústria no século XXI**. Brasília, DF, IPEA, 2021.

MORCEIRO, P.; GUILHOTO, J. J. M. Desindustrialização setorial e estagnação de longo prazo da manufatura brasileira. **Texto para Discussão (TD) NEREUS**, São Paulo, SP, jan., 2019. Disponível em: <http://www.usp.br/nereus/?txtdiscussao=desindustrializacao-setorial-e-estagnacao-de-longo-prazo-da-manufatura-brasileira>. Acesso em: 08 out. 2022

OSORIO, J. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime (Org.). **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. São Paulo, Boitempo, pp. 103-133, 2012.

PACHECO, C. A. **Fragmentação da nação**. Campinas-SP, Unicamp/IE, 1998.

PIRES, M. J. S. O grau de heterogeneidade da estrutura agrícola da região Centro-Oeste segundo os censos agropecuários 1995, 2006 e 2017. **Texto para Discussão (IPEA)**, n. 2607, Brasília; Rio de Janeiro, IPEA, 2020. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10304/2/td_2607_sumex.pdf. Acesso em: 10 set. 2022

PORTO, L. R.; MIRANDA, H. Novo padrão de crescimento e a hierarquia urbano-regional do Nordeste, Brasil, pós 1990. **Anais XVIII ENANPUR 2019**, Natal-RN, 2019. 26p. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienanpur/anais-sts>.

PORTO, L. R.; MACEDO, F. C. *Desempeño regional del mercado de trabajo formal en Brasil (2002-2018)*. **Semestre Económico**, v. 24, n. 56, pp. 299-323, jan./jun., 2021. <https://doi.org/10.22395/seec.v24n56a13>

PEREIRA, C. N. Estrutura agrária no MATOPIBA: a partir do Censo Agropecuário de 2017. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, n. 21, pp. 75-86, jul./dez., 2019. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9662?mode=full>. Acesso em: 10 set. 2022

SAMPAIO, D. P. **Desindustrialização e estruturas produtivas regionais no Brasil**. Tese (doutorado), Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP, 2015.

SVAMPA, M. “*Consenso de los commodities*” y lenguajes de valoración en América Latina. **Revista Nueva Sociedad**, n. 244, pp. 30-46 mar./abr., 2013. Disponível em: <http://nuso.org/articulo/consenso-de-los-commodities-y-lenguajes-de-valoracion-en-america-latina/>. Acesso em: 10 set. 2022.